

# AL NOTÍCIAS

Distribuição gratuita



**Impresso Especial**  
95143 7 2007 DP SC  
Al FGC  
... CORREIOS ...

## Parlamento mobilizado pela criação de municípios

Pescaria Brava e Balneário Rincão, que foram emancipados em 2003, aguardam desfecho de imbróglio jurídico



Divulgação STF

Comitiva de deputados, liderada pelo presidente Jorginho Mello (PSDB) recebeu, em Brasília, dia 18, a garantia do ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello, de que o entrave que cerca a criação dos municípios de Pescaria Brava e Balneário Rincão, ambos no Sul do Estado, está perto do final.

O ministro prometeu para os próximos dias levar a julgamento seu voto sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona as duas leis catarinenses que criaram os municípios em 2003.

No final de 2008, o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional 57, estabelecendo que os municípios criados por leis estaduais até 2006 estão convalidados. Com base na emenda, a Procuradoria Geral do Estado protocolou pedido de extinção da ADI devido à perda do objeto.

Ministro do STF, Marco Aurélio de Mello, conversa com presidente Jorginho Mello e deputados Valmir Comin, Décio Góes e Joares Ponticelli

Página 3

## SC pode virar referência na prevenção a desastres

Solon Soares



Reunião culmina com carta reivindicando instituto de prevenção no estado

O seminário sobre Mudanças Climáticas e Desastres Naturais reuniu autoridades nacionais, estaduais e municipais, pesquisado-

res, ambientalistas e técnicos da Defesa Civil, dia 14, no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa. **Páginas 4 e 5**

## Legislativo defende retomada total das obras no Porto de Imbituba

Carlos Kilian



Embargo aos trabalhos já foi suspenso parcialmente

Página 6

## Absolvição do presidente do Senado, José Sarney, repercute em Plenário

Página 7

## OPINIÃO

## A velha e a nova política

Por sua dinâmica e temporalidade, o retorno à Assembleia Legislativa depois de três anos nos fez refletir, entre outras coisas, sobre o quanto a velha e a nova política estão em lados opostos e podem determinar o avanço ou o retrocesso de uma política pública. O que presenciamos em Santa Catarina hoje é um imenso abismo que distancia nosso estado da construção de políticas públicas estruturantes, eficazes e duradouras, e o faz retroceder cada vez mais ao velho jeito clientelista de fazer política, com medidas frágeis e passageiras patrocinadas pela tríplice aliança (DEM, PSDB, PMDB).

Infelizmente, a velha política transcende a esfera governamental e também atinge o Parlamento catarinense, onde muitos deputados deixaram de lado o compromisso com a regulamentação das políticas públicas de Estado e

transformaram-se em meros prestadores de serviços e distribuidores de recursos do Fundo Social, muitos deles já garantidos na Constituição Estadual. Certamente, essa fatura será cobrada, mais cedo ou mais tarde, tanto daqueles que ingenuamente sentem-se beneficiados neste momento quanto da própria sociedade que aos poucos depara-se com o desmonte de importantes direitos constitucionais.

Precisamos retomar urgentemente a reestruturação da política pública em Santa Catarina, assim como o governo federal está fazendo no país. Quem dera possamos fortalecer o sistema de saúde pública em Santa Catarina, assim como o governo federal tem feito com o SUS. Talvez possamos ter uma política clara e universal para a educação, assim como ocorre com o Fundeb. Quem sabe possamos ter ações

articuladas na área social, assim como são as do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ou também poderemos investir em uma verdadeira política de Estado para a Segurança Pública, com profissionais mais valorizadas, melhores condições de trabalho e mais cidadania, a exemplo do Pronasci criado pelo governo federal.

Trata-se de políticas públicas de Estado, estruturantes e que tem como principal objetivo beneficiar o conjunto da população. Embora complexas, são extremamente viáveis e necessárias para a construção de uma sociedade melhor, mas que não avançam em Santa Catarina porque sua viabilidade depende justamente do desprendimento desse velho jeito de fazer política que toma conta do nosso estado.

**Deputado Dionei Walter da Silva (PT)**

## Honduras: golpe de estado e de resistência

Honduras é mais um país pobre da América Latina, que no momento está sendo vítima de um golpe de Estado. Os motivos são tergiversados para a maioria dos brasileiros. Dizem que deram um golpe porque o governo Manuel Zelaya queria aprovar a sua reeleição, mas essa informação é falsa. Seu mandato termina em janeiro de 2009, e a Assembleia Constituinte que ele estava propondo como alternativa consultiva aos eleitores hondurenos aconteceria, se aprovada, apenas a partir do ano que vem - já sem ele no governo.

Além do mais, o mecanismo da reeleição foi aprovado em vários países da América sem consulta ao povo. Mas não era isso que Zelaya estava propondo, e sim a convocação de uma Assembleia Constituinte, que o próprio povo decidiria no mesmo dia em que elegeria o novo presidente.

Por conta desse golpe, realizado da forma mais criminoso possível, o povo tem se levantado em Hon-

duras, e isso os golpistas não esperavam. Não esperavam também que o mundo inteiro condenaria o golpe de forma quase unânime.

Nas menos de 60 horas em que estivemos, junto à delegação brasileira em missão de solidariedade, na capital Tegucigalpa, vimos acontecimentos extraordinários. As pessoas sem qualquer identificação política com partidos ou com os movimentos sociais, de forma espontânea, não reconhece o governo golpista, indo para as ruas manifestar sua indignação. Todos os dias ocorrem manifestações na capital e em outras cidades. Já houve mortes e centenas de prisões nos confrontos com as forças militares obedientes ao governo golpista.

Não há saída fácil para a crise política instalada em Honduras, pois o povo nas ruas não tem cedido a qualquer saída que não seja o retorno do presidente legítimo. Até mesmo a eleição, prevista para novembro, está comprometida, pois todos que resistem ao golpe

afirmam que não existe poder legítimo no país para convocar a eleição. Querem Zelaya de volta, para que ele convoque a eleição e a consulta da Constituinte. Evidente que os golpistas não aceitam tal saída, pois teriam que reconhecer e encarar seus erros e mesmo seus crimes. Nenhuma saída negociada proposta por organismos internacionais foi aceita pelos golpistas.

Só mesmo uma ação decisiva e enérgica da Organização dos Estados Americanos (OEA), poderia devolver a paz social para o povo hondurenho. Se a violência da direita aumenta contra a resistência ao golpe, e se o povo continua indo às ruas, só mesmo um mar de sangue pode garantir aos golpistas a concretização de um "governo de fato" em Honduras. Naturalmente, essa é a pior saída possível, e o mundo inteiro precisa voltar seus olhos para impedir que tal massacre aconteça.

**Deputado Sargento Amauri Soares (PDT)**

## Ações de prevenção à Gripe A

O Parlamento catarinense mantém as medidas de prevenção à Gripe A (H1N1). O programa Parlamento Debate da TVAL, gravado na última semana, traz informações de como prevenir a doença, e está sendo reprisado em horários alternados da programação diária. Participaram do debate o presidente do Legislativo, deputado Jorginho Mello (PSDB) e autoridades da saúde pública do Estado. A TVAL é transmitida pelos canais 16 da NET e 20 da TVA e também pode ser vista através do site [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br).

Para conter o avanço da doença, a Presidência da Casa decidiu cancelar e transferir os eventos programados de 14 de agosto a 22 de setembro, como forma de evitar a aglomeração de pessoas. Entre eles, exposições, audiências públicas e palestras. Estão mantidas as sessões plenárias e reuniões nas comissões.

O legislativo também vem promovendo debates sobre o assunto na programação da TVAL e Rádio Alesc Digital com o objetivo de esclarecer a população sobre a gripe.

Miriam Zomer



Recepcionistas da Casa se previnem usando máscaras

## Medidas preventivas:

- Lave suas mãos constantemente com água e sabão, especialmente depois de tossir ou espirrar, de usar o banheiro, antes de comer, antes e após tocar os olhos, boca e nariz. (Produtos à base de álcool para limpar as mãos também são efetivos);
- Proteja com lenços a boca e nariz ao tossir ou espirrar para evitar disseminação. Usar lenço de papel descartável, que deve ser jogado no lixo após o uso;
- Mantenha os ambientes ventilados, principalmente o ambiente doméstico e, se possível, recebendo a luz solar, pois estas medidas ajudam a eliminar os possíveis agentes das infecções respiratórias;
- Desenvolva hábitos saudáveis, como atividades físicas, alimentação balanceada e ingestão de líquidos à vontade.

- Evite, sempre que possível, ambientes e locais de aglomerações, bem como ambientes fechados e o contato próximo com pessoas doentes.

## Para casos gripal:

- Fique em casa, em isolamento enquanto estiver em período de transmissão da doença para evitar disseminação do vírus da gripe. Procure ficar entre três a cinco dias em casa;
- Use máscara cirúrgica descartável, principalmente quando for falar com outras pessoas;
- Evite tocar olhos, nariz ou boca, pois suas secreções possuem grande quantidade de material infectante, sendo uma das maneiras de os germes se espalharem rapidamente;
- Não compartilhe alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal.

## Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Jorginho Mello (PSDB)

**1º Vice-Presidente:** Gelson Merísio (DEM)

**2º Vice-Presidente:** Jailson Lima da Silva (PT)

**1º Secretário:** Moacir Sopelsa (PMDB)

**2º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretário:** Ada Faraco De Luca (PMDB)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 10 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

## Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira

**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira

**Edição:** Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

## CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021  
[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

**Edição de notícias do site:** Andrea Leonora

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotografia:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

**Clipagem:** Flávia Jacome, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

## INSTITUCIONAL

# STF vai agilizar desfecho das emancipações de Balneário Rincão e Pescaria Brava

Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona leis catarinenses sobre desmembramento vai à pauta nos próximos dias

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, prometeu levar a julgamento seu voto sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3097) que questiona as duas leis catarinenses que garantem a emancipação das localidades de Balneário Rincão e Pescaria Brava, pertencentes aos municípios de Içara e Laguna, respectivamente.

A audiência, liderada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), foi realizada em Brasília, dia 18. Os deputados Manoel Mota (PMDB), Décio Góes (PT), Joares Ponticelli e Valmir Comin, ambos do PP, procuradores da Casa e representantes da comissão pela emancipação das duas localidades também participaram do encontro.

Conforme o presidente da Casa, o Ministério Público Federal já solicitou a extinção da ADI com base na Emenda Constitucional 57, aprovada em 2008, que convalida os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo estado à época de sua criação.

Os projetos de lei que criaram os dois municípios foram aprovados pelo Parlamento

catarinense em 2003.

A comitiva apresentou ao ministro um memorial relatando toda a tramitação do projeto de lei que criou os dois municípios, bem como de todo o processo de emancipação.

“Ele nos recebeu de forma muito respeitosa. É muito importante que Santa Catarina tenha mais dois municípios, alcançando 295.

O próximo passo é definir se as eleições das duas novas cidades será neste ano ou junto com as eleições de 2010”, declarou o presidente da Assembleia.

## Câmara

Jorginho Mello também conversou com o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Michel Temer (PMDB/SP), e o convidou a participar do encontro com todos os presidentes das assembleias legislativas do país, previsto para o mês de outubro, em Florianópolis.

Os parlamentares também falaram sobre a possibilidade de consignação de um canal digital de televisão em Florianópolis, para a Câmara dos Deputados. A intenção é que TV Câmara e TVAL (TV da Assembleia Legislativa de Santa Catarina) compartilhem o sinal, valendo-se do recurso da multiprogramação.



Presidente do Parlamento e deputados apresentam ao ministro memorial com a tramitação dos projetos

## Entenda por que a criação dos municípios está suspensa desde 2003

Os eleitores dos distritos de Pescaria Brava, em Laguna, e Balneário Rincão, em Içara, ambos no Sul do estado, já aprovaram a emancipação política, mas ela está sub judice.

No dia 29 de junho de 2003, 52,38% dos eleitores de Pescaria Brava autorizaram o desmembramento. O município foi criado pela Lei Estadual nº 12.690/2003. O distrito de Balneário Rincão, por sua vez, teve a emancipação aprovada também em plebiscito em 14 de setembro de 2003, no qual 53,2% dos eleitores se manifestaram

favoravelmente à mudança. A Lei Estadual nº 12.668/2003 criou o município.

Após a criação dos municípios, em 2003, a Procuradoria Geral da República, ajuizou uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) entendendo que o Estado não poderia sancionar leis criando municípios. Foi concedida liminar favorável à ADI para suspender a eficácia dessas leis estaduais e os novos municípios não puderam ser instalados. No final de 2008, o Congresso Nacional aprovou a emenda

constitucional 57 dizendo que os municípios que foram criados por leis estaduais até 2006 - caso de Pescaria Brava e Balneário Rincão - estão convalidados. Com base na emenda, a Procuradoria Geral do Estado protocolou pedido de extinção da ADI devido à perda do objeto. O pedido deve ser julgado pelo STF. Em junho, a Assembleia Legislativa, atendendo requerimento do deputado Décio Góes, realizou audiências públicas nos distritos para esclarecer o imbróglio jurídico que cerca a questão.

Divulgação



Jorginho Mello e Michel Temer trataram do encontro de presidentes

## CCJs discutem autonomia legislativa

A Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso vai sediar, nos dias 27 e 28 de agosto, em Cuiabá, o 1º Encontro Nacional das CCJs (Comissões de Constituição e Justiça) e das câmaras municipais.

O presidente daquela Casa Legislativa, deputado José Riva (PP), e o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), Sebastião Rezende (PR), explicam que o evento marcará a iniciativa dos legislativos brasileiros em pressionar o Congresso Nacional para mudar a legislação. A meta é resgatar prerrogativas perdidas pelos legislativos a partir da Constituição de 1988. Entre estas, a autonomia para

legislar sobre a criação de municípios.

O encontro, sob o tema “Controle de Constitucionalidade”, vai reunir ministros, senadores, deputados federais e estaduais de todo o país, vereadores dos 141 municípios mato-grossenses e de outras cidades brasileiras. Ao final, será elaborada a “Carta de Mato Grosso”, contendo as conclusões a respeito dos debates e encaminhamentos necessários a esse resgate da autonomia.

O evento, uma iniciativa mato-grossense, conta com a parceria da União Nacional dos Legislativos (Unale). Antecipando o tom de unificação buscada pelos legisladores do

país, o presidente da Unale, deputado Clóvis Ferraz (BA), também ratificou que o 1º Encontro Nacional das CCJs será um marco na luta dos legislativos estaduais em regatar a autonomia de legislar. De acordo com ele, há 13 anos, a Unale está discutindo o assunto. “Desde a sua criação, a Unale debate esse tema e agora está empenhada em lutar pela recuperação da capacidade de legislar dos deputados estaduais. Vamos pressionar para que o Congresso Nacional passe a considerar a necessidade de mudança na legislação para devolver aos parlamentos estaduais o poder de legislar sobre diversas questões”, disse.

## INSTITUCIONAL

## Audiência esclarece dúvidas da Lei da Alimentação Escolar

Agricultores, dirigentes sindicais e secretários de educação e de agricultura dos municípios do Vale do Itapocu puderam esclarecer as principais dúvidas sobre a nova Lei da Alimentação Escolar (Lei Federal 11.947/09). Eles participaram de uma audiência pública promovida pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, dia 14, em Jaraguá do Sul.

O evento foi proposto pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), que está realizando um trabalho de orientação sobre a implementação da legislação nos municípios. "A legislação que define as políticas públicas precisam ser conhecidas pelo cidadão que vai ser beneficiado. No caso dessa

lei, além de beneficiar o agricultor familiar, ela também qualifica a alimentação escolar e promove o desenvolvimento local sustentável", destacou Dionei.

A principal determinação da lei regulamentada em julho é que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a estados, municípios e escolas federais para a aquisição da merenda escolar sejam aplicados na compra de produtos da agricultura familiar. Esse percentual significa que já em 2009 devem ser destinados R\$ 600 milhões somente na aquisição de produtos da agricultura familiar em todo o país, beneficiando cerca de 250

mil famílias de agricultores familiares e 47 milhões de alunos da rede pública de ensino. Somente em Jaraguá do Sul, serão R\$ 246 mil investidos exclusivamente na compra de produtos dos agricultores familiares.

O delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Santa Catarina, Jurandi Gugel, participou da audiência e disse que o ministério está promovendo ações de orientação neste momento para que os agricultores, as prefeituras e as entidades da agricultura familiar possam se adequar às normas. "A principal necessidade nesse momento é fazer chegar informação até as pessoas", revelou.

## Banicultores do Vale do Itapocu são beneficiados

Uma das diretrizes da lei é que cada agricultor familiar poderá comercializar individualmente até R\$ 9 mil por ano, e que os preços de referência dos produtos serão os praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, a prioridade é para a compra dos produtos produzidos nos assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidade quilombolas do município, região, do território rural, do estado e do país, respectivamente.

Entre os principais beneficiários da nova lei, estão os produtores de banana da região do Vale do Itapocu, onde a audiência

pública foi realizada. Presente no encontro, o presidente da Associação dos Banicultores de Jaraguá do Sul (Abajas), Wilmar Erschinger, revelou que espera o aumento do consumo da banana principalmente em outras regiões do estado.

Segundo Erschinger, somente os 160 banicultores que compõem a associação produzem 1,5 milhão de caixas de banana por ano, o que representa 33 mil toneladas do produto. "O Oeste, por exemplo, poderia consumir mais banana se o produto fosse incluído na merenda escolar, o que seria bom para o estudante, pelo valor nutricional do alimento,

e também para a economia da nossa região que é forte produtora da banana", comemorou.

A audiência também contou com a participação do representante do Instituto Federal Catarinense - Campus de Araquari, professor Rodrigo Otavio de Macedo Gomes. Ele falou sobre os sete cursos oferecidos pelo campus atualmente - Aquicultura; Pesca, modalidade Proeja; Agropecuária; Agropecuária, modalidade Proeja; Sistemas de Informação; Informática para Internet; e Manutenção de Computadores. Em 2010 serão oferecidos os cursos de Veterinária, Informática e licenciatura em Ciências Agrícolas.

Solon Soares



Produtores da agricultura familiar acompanham reunião comandada pelo deputado Dionei Walter da Silva



Promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente e Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso, reunião recomenda estado como referência

# SC aponta ações para prevenir desastres naturais

Seminário sobre mudanças climáticas faz diagnóstico da situação no estado

Autoridades nacionais, estaduais e municipais, pesquisadores, ambientalistas e técnicos da Defesa Civil, participaram, dia 14, no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa, do seminário sobre Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina. Promovido pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes (PT), e Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso, comandada pela senadora Ideli Salvatti (PT/SC), o seminário culminou com a indicação de uma carta aberta defendendo que Santa Catarina seja referência das políticas de mudanças climáticas e venha a

abrigar um instituto de prevenção a esses desastres.

No evento, foram discutidas ações necessárias para prevenir, por exemplo, desastres naturais como as enchentes registradas no estado em novembro de 2008, além das estiagens prolongadas no Oeste. De acordo com o chefe da Epagri/Ciram, que representa o Grupo Técnico-Científico de Prevenção às Catástrofes no estado, a previsão é que dentro de três a quatro anos Santa Catarina tenha um modelo de estações meteorológicas similar ao da Alemanha, com informações precisas sobre previsões de catástrofes.

O relator da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, deputado federal Colbert Martins (PMDB/BA), destacou que o Brasil precisa ter limites para a emissão de CO<sub>2</sub>, mas que grandes países poluidores, como Estados Unidos e China, precisam fazer a sua parte. "As ações brasileiras serão levadas ao encontro que será realizado na Dinamarca, no final deste ano, quando deverá ser revisado o protocolo de Kyoto. Se não controlarmos a emissão de CO<sub>2</sub>, todos sofreremos as consequências, e cabe a todos nós atuarmos nesse sentido."

Para o deputado Décio Góes, é

necessária uma reflexão profunda sobre o tema que, em Santa Catarina, é preocupante. "Precisamos de consciência e ações urgentes para construir uma sociedade mais sustentável, com medidas coerentes e concretas", afirmou o parlamentar, que teceu críticas ao Código Estadual do Meio Ambiente. Na sua opinião, o código vai contribuir para agravar problemas ambientais.

Ideli Salvatti disse que Santa Catarina se propõe a ser um centro de referência sobre mudanças climáticas e desastres naturais. Uma das justificativas é a gravidade dos desastres vivenciados no estado.

## Especialista quer meteorologia como dever do Estado

No primeiro painel do seminário, o coordenador do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Luiz Augusto Toledo Machado, cobrou a aprovação de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que, segundo ele, já está no Senado há muito tempo, tornando lei que a meteorologia deve ser um dever do Estado, permitindo a melhor organização do setor no país. O especialista em tempestades

severas, sistemas de monitoramento e previsão disse que o Brasil precisa ter modelos de previsão e monitoramento ambiental de alta resolução. "O sistema que usamos é velho, emprestado dos Estados Unidos até o final deste ano", contou Machado.

A coordenadora de Meteorologia da Epagri/Ciram, especialista em estiagens e secas no Oeste catarinense, Maria Laura Rodrigues lembrou que, pela característica topográfica e hidrográfica, Santa

Catarina é bastante afetada por fenômenos como enchentes e estiagens. Outros fatores contribuem para esses eventos extremos, como crescimento urbano desordenado e desmatamentos, além da variabilidade natural do clima. Sobre estiagens, informou que dos últimos nove anos, oito foram de estiagens no Oeste e que estudos mostram que nos últimos 50 anos houve aumento e frequência de chuvas intensas no Sul do Brasil. "Chuvas e inundações

ocorrem há séculos e é preciso continuar os estudos sobre séries históricas, alterações do microclima e áreas mais vulneráveis."

Maria Laura destacou ainda que há muito o que fazer nessa área em Santa Catarina. "Não há curso de graduação em Meteorologia e há carência de pesquisas na área. Precisamos ter centros meteorológicos fortes e conhecer o impacto sobre o sistema para melhorarmos a previsão", afirmou.

## Defesa Civil defende mudança cultural para minimizar impacto

Em mesa-redonda no Seminário Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina, o major PM Márcio Luiz Alves, diretor da Defesa Civil do Estado, afirmou que as adversidades climáticas têm afetado significativamente Santa Catarina ao longo de sua história.

Ele fez um breve relato dos desastres ocorridos no estado e destacou o que aconteceu em 2008/2009 como a pior tragédia da história de Santa Catarina. "Foram mais de 80 mil pessoas desalojadas e desabrigadas. 85 municípios em situação de emergência e 135 mortes. Os prejuízos econômicos ainda não foram calculados", enumerou.

Na época, cerca de 12 mil pessoas estiveram diretamente envolvidas nas ações de socorro e apoio aos atingidos, além de milhares de voluntários.

Como resposta a esse tipo de fenômeno, o major afirmou que

é preciso que o estado assuma a necessidade de uma mudança cultural para minimizar os riscos de desastres. A solução passa por projetos preventivos e ações conjuntas de curto, médio e longo prazos. "As enchentes sempre existiram e continuarão acontecendo. Uma coisa que precisamos entender é que grande parte das mortes que ocorreu no último desastre foram motivadas pelos deslizamentos, por sua vez, resultantes das construções irregulares nas encostas dos morros", completou.

Segundo ele, a causa principal do desastre foi a "solifluxão", quando parte do solo se desmancha. Foram identificados mais de quatro mil pontos de deslizamentos. Em Ilhota, 47 pessoas morreram soterradas. "Muitos desastres são inevitáveis. Mas se estivermos preparados, com certeza os danos serão infinitamente menores."

O prefeito de Bom Jardim da Serra e representante da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Rivaldo Macari (PMDB), defendeu a instituição da política municipal de uso e ocupação de solo e regulação das atividades sociais e econômicas mais rígidas.

### Pacto

Os avanços e os retrocessos da política ambiental, a responsabilidade sócio-ambiental, o pacto da agricultura familiar e a situação da Mata Atlântica foram temas do seminário.

Promotor de Justiça e coordenador-geral do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Souto abordou a legislação ambiental vigente e a desordem proveniente do que estipula a Constituição Federal em contrapartida às leis dos legislativos estaduais.

Eduardo Guedes de Oliveira



Prefeito de Bom Jardim da Serra, Rivaldo Macari, prega instituição de política municipal de ocupação do solo

## Estudioso avalia assunto como desafio do século

Em painel mediado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), as consequências socioeconômicas dos desastres foram destaque. O representante do Núcleo de Estudos em Monitoramento e Avaliação Ambiental (Numavan/UFSC), e estudioso das mudanças climáticas e estratégias de adaptação na Baía do Prata, Sandro Luiz Schlindwein, definiu a mudança climática como grande desafio da sociedade brasileira neste século.

Ao falar especificamente do Projeto CLARIS-LPB, uma parceria da Rede Europeia/Sul-Americana para Avaliação da Mudança Climática e Estudos de Impacto na Baía do Rio da Prata, Sandro Luiz explicou que a intenção do estudo é buscar o melhor indicio do que vai acontecer de mudanças climáticas naquela

região, além dos seus impactos. Busca-se desenvolver estratégias de adaptação para o uso da terra, dos desastres foram destaque. O representante do Núcleo de Estudos em Monitoramento e Avaliação Ambiental (Numavan/UFSC), e estudioso das mudanças climáticas e estratégias de adaptação na Baía do Prata, Sandro Luiz Schlindwein, definiu a mudança climática como grande desafio da sociedade brasileira neste século.

Conforme o pesquisador, a área envolve o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, o que corresponde a 17% da superfície da América do Sul. E 63% do território catarinense estão na área da bacia.

Com a ideia de que a pesquisa faça uma previsão das mudanças climáticas até o ano de 2100, o palestrante acrescentou que o estudo é focado no sistema de uso da terra, desenvolvendo estratégias, identificando e contando os atores do processo como cooperativas

agrícolas, produtores, associações e órgãos públicos. "Nosso desafio é ouvir e orientar os produtores sobre as mudanças climáticas, que virão e serão drásticas", disse Schlindwein.

O professor do mestrado de Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Valmor Schiochet, falou sobre os impactos socioeconômicos da catástrofe climática de novembro de 2008, no Vale do Itajaí, Norte do estado.

"A forma de reação local não tem gerado um sistema de aprendizagem social para enfrentar situações extremas como essa", disse. Ele apontou como agravantes os problemas de alocação das pessoas desabrigadas e a falta de infraestrutura da região.

## GERAL

Fotos Carlos Kilian



Obras no porto foram suspensas por conta de divergência entre Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e órgão nacional, que condena uso de bate-estaca nos limites da APA da Baleia Franca

# Parlamento pede a retomada total das obras no Porto de Imbituba

Embargo solicitado pelo Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade foi suspenso parcialmente



Deputados participam da reunião com autoridades da região Sul

O impasse nas obras de ampliação do cais e retificação dos molhes do Porto de Imbituba, embargadas pelo Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio), fez com que o deputado Reno Caramori (PP), na condição de presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, requeresse, junto ao Parlamento, providências para a situação. O requerimento foi encaminhado ao presidente da República, ao Ministro dos Transportes, ao secretário especial dos Portos e aos senadores

catarinenses.

Em reunião dia 17, em Imbituba, Reno reivindicou que as obras fossem retomadas. "O embargo acarreta em prejuízos para o desenvolvimento político, social e econômico de Santa Catarina", comentou. Já no dia 19 o embargo foi suspenso parcialmente, permanecendo a restrição ao uso do bate-estaca por estar em área de passagem da Baleia Franca. "Defendemos também a retomada desse equipamento, pois ele só é usado em três períodos diários de meia

hora cada, em horários diversificados", afirma Reno.

No encontro do dia 17 estavam presentes o prefeito de Imbituba, José Roberto Martins (PSDB), o deputado federal Edinho Bez (PMDB-SC), o deputado estadual Décio Góes (PT) e o administrador do porto, Jeziel Pamato de Souza. A reunião culminou com contato com o ICMBio.

O embargo da obra foi solicitado pelo ICMBio porque o porto fica nos limites da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.

## Seminário reforça intercâmbio na educação popular

O Auditório Deputada Antonieta de Barros, da Assembleia Legislativa, foi palco do Seminário Interculturalidade e Educação Popular – Educação popular, inclusão e cidadania planetária, nos dias 12 e 13.

Este foi o primeiro seminário sobre o tema organizado por cinco instituições brasileiras e uma italiana, com objetivo de disseminar práticas utilizadas para fomentar a educação popular e a inclusão social pelo estado. O evento foi promovido pelo Centro Cultural Escrava Anastácia, Centro Social Maristas, Associação dos Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó (Acam), Centro de Educação e Evangelização Popular (Cedep), Movimento Cooperazione Edu-



Vilson Groh afirma que objetivo é tornar demandas sociais em ações

cativa e o Programa Entrelaços do Saber, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Há cerca de 10 anos, grupos dos dois países realizam um mês de intercâmbio para a troca de experiências. "Estamos aproveitando este espaço para

que outras escolas e outros programas se apropriem destes conhecimentos", explicou Ivone Maria Perassa, coordenadora Geral de Projetos do Centro de Cultural Escrava Anastácia.

Entre os palestrantes do seminário, o Padre Vilson Groh

falou sobre o tema "Papel dos Instrumentos de Participação e Controle Social na Formação do Cidadão". Padre Vilson destacou a participação popular e o controle social de uma esfera pública não estatal, com o intuito de resgatar a função social do Estado com proposições da sociedade civil para a construção de políticas públicas. "Queremos tornar as demandas sociais em políticas previstas nos planos orçamentários, plurianual e quadrianual dos governos", esclareceu.

Conforme Vilson Groh, a mudança requer que a sociedade brasileira se solidifique cada vez mais como um bloco, redimensionando a função social do Estado com mecanismos de controle popular.

### Vídeo Institucional e livro

O Centro Cultural Escrava Anastácia lançou, dia 13, seu vídeo institucional e o livro "Esse Movimento Chamado Aroeira", organizado por Nadir Azibeir.

O livro é uma composição de vários autores educadores do Centro Cultural Escrava Anastácia na compreensão do Projeto Aroeira, que proporciona a jovens, em situação de risco social, uma formação integral através da arte, esporte, lazer e educação.

## GERAL

# Deputados reacendem discussão do salário mínimo regional

Projeto que institui quatro níveis salariais tramita na Comissão de Finanças e deve receber emendas

Parlamentares retomaram, na sessão ordinária do dia 20, a discussão em torno do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 30/09, que institui o salário mínimo regional para Santa Catarina, e tramita a Comissão de Finanças e Tributação, onde deve receber emendas. O líder do PT, deputado Dirceu Dresch, manifestou preocupação em relação ao prazo de tramitação da matéria.

O deputado Renato Hinnig (PMDB) anunciou que apresentará emendas diante das repercussões financeiras da medida na economia. Os deputados Silvio Dreveck (PP), José Natal Pereira (PSDB), Elizeu Mattos e Antonio Aguiar, ambos do PMDB, também falaram sobre o assunto.

Dresch iniciou o debate tendo atraso na tramitação do PLC - enviado pelo Executivo em regime de urgência - caso algum parlamentar apresente emendas.



Dreveck: momento de reflexão

Ele lembrou que, por divergência entre os membros da Comissão de Finanças e Tributação, dia 19, a matéria vai atrasar uma semana para ser deliberada. O líder petista acrescentou que seu partido tinha a intenção de apresentar uma emenda para especificar a data de reajuste anual do piso mínimo, mas os deputados recuaram para não prejudicar o andamento da pro-



Hinnig: redução na faixa salarial

posição. "Não fizemos a emenda para não travar a tramitação desse projeto importantíssimo para os trabalhadores e para a economia catarinense", ressaltou.

"Cabe a nós construirmos uma solução equilibrada", ponderou Hinnig, quando citou alguns fatores que possam vir a abalar as empresas catarinenses. Na lista, a queda nas exportações, os problemas



Dresch: atraso na tramitação

climáticos, como a enchente de novembro do ano passado, o que afetou diretamente o funcionamento do Porto de Itajaí, e a restrição do crédito para as empresas de estado. O desemprego foi citado como consequência inevitável de uma economia enfraquecida. Por isso, o peemedebista adiantou que vai apresentar emendas para reduzir a faixa salarial de algumas catego-

rias. As modificações envolvem os setores madeireiro, moveleiro e de transporte. "Não somos contra a melhoria salarial, mas temos que pensar na outra ponta, que é a que vai pagar", disse.

Segundo Dreveck, o momento é de reflexão. "Será que é propício aumentar a folha de pagamento da iniciativa privada? Isso vai atrair mais empregos para Santa Catarina ou vai estagnar a economia?", questionou. Para Natal, os municípios estão enfrentando grandes problemas pela falta que a reforma tributária representa.

Na condição de líder de governo na Casa, Elizeu Mattos (PMDB) declarou que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) chamou a classe empresarial para negociar, mas não teve nenhuma manifestação do empresariado. "Sem consenso, nós vamos encaminhar pelo projeto original", anunciou.

## Semana de Valorização da Vida

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia aprovou, por unanimidade, dois projetos de lei e a indicação do deputado Antônio Aguiar (PMDB) como representante parlamentar na 2ª Conferência Estadual de Cultura.

O PL nº 202/2008, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), institui a "Semana Estadual de Valorização da Vida". O relator da proposta, deputado Serafim Venzon (PSDB), apresentou parecer favorável ao justificar que é preciso ampliar os serviços de ajuda aqueles que pensam em romper com a vida. A proposição define a segunda semana de maio como data para a iniciativa.

O PL nº 286/2009, do deputado Gelson Merísio (DEM), altera o ar-

tigo da Lei nº 10.864, de 1998, que faculta aos órgãos e às entidades da administração pública, direta e indireta, conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino. Em sua proposta, o democrata acrescenta os alunos matriculados em cursos de educação a distância.

O relator do projeto, deputado Lício Mauro da Silveira (PP), afirmou que "é uma forma de discriminação os alunos dos cursos a distância não estarem incluídos" e deu parecer favorável à matéria, que acabou aprovada com anuência de todos os presentes.

Também na reunião foi indicado o deputado Antônio Aguiar para a Conferência Estadual de Cultura, atendendo o cargo da Secretaria de Estado da Educação.

## Absolvição de Sarney repercute em Plenário

O arquivamento das 11 acusações contra o presidente do Senado, José Sarney (PMDB/AP), no dia 19, pelo Conselho de Ética, com apoio dos senadores do PT, repercutiu no Parlamento catarinense. Na sessão do dia 20, o deputado Giancarlo Tomelin (PSDB) disse que a decisão "envergonha o país" e que "a ética foi jogada de lado". Criticou ainda a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o senador Fernando Collor de Mello (PTB/AL), além do próprio presidente do Senado, José Sarney. "Esse é o time que tantas tristezas já deu ao Brasil. A senadora Ideli Salvatti envergonhou Santa Catarina ao defender Sarney", afirmou.

Em aparte, o deputado Serafim Venzon (PSDB) disse que a sociedade brasileira precisa ter informações sobre o que há por trás desses fatos. "Queremos saber o que o governo Lula tem para pagar um preço tão alto. Há alguma coisa que o PMDB precisa esconder sobre o governo Lula."

Para o deputado José Natal (PSDB), a política brasileira continua numa "vala comum", declaração que fez o deputado Antonio Aguiar (PMDB) se manifestar em defesa do seu partido. "O mesmo Conselho que absolveu o presidente do Senado, também absolveu o senador Artur Virgílio,

que é do PSDB do Amazonas." Sobre essa declaração, Tomelin respondeu dizendo que se um companheiro do seu partido errar, não ficará ao lado dele, mas sim da população.

O líder do PT, deputado Dirceu Dresch, saiu em defesa da senadora Ideli lembrando que a catarinense votou a favor de Sarney por deliberação do partido. "Foi para manter a governabilidade, as conquistas do governo Lula". Ainda em sua manifestação, criticou os democratas. "Há 20 anos o partido ocupa a Secretaria Geral do Senado, que cuida da parte administrativa da Casa e onde está a maioria das denúncias".

## Atividades insalubres no Parlamento são reavaliadas

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), anunciou que até setembro a situação de 111 servidores que recebem adicional de insalubridade será revista. O assunto foi trazido à tona pelo deputado Jailson Lima (PT), segundo vice-presidente do Parlamento, o que levou a Mesa a determinar, dia 1º de julho, a realização de no-

vos estudos sobre o pagamento do benefício.

Através de laudo técnico pericial, elaborado pela Comissão de Saúde do Servidor da Secretaria de Estado da Administração, serão avaliados todos os casos e níveis de insalubridade na Casa Legislativa. "É obrigação do gestor público preocupar-se em dar condições de trabalho que não gerem insalubri-

dade. Quando isso não é possível, temos que indenizar. Esta questão será tratada com muita transparência, dentro da legalidade e da moralidade do serviço público", afirmou.

Após a conclusão do laudo, o presidente irá propor Projeto de Resolução à Mesa para regulamentar os valores pagos aos que têm direito à insalubridade.

Na sessão do dia 19, Jailson Lima rebateu da Tribuna a nota oficial do Sindicato dos Funcionários da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Sindalesc) e da Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Afalesc). As entidades publicaram nos jornais de circulação estadual uma moção de repúdio ao parlamentar. "Aqui

nessa Casa eu represento o povo catarinense e vou expor aquilo que não concordo", afirmou.

A bancada do PT, por sua vez, decidiu apoiar a revisão. O líder do partido, deputado Dirceu Dresch, defendeu a reavaliação do adicional. "Que receba insalubridade quem de fato tem direito. Se há necessidade de correção, o estudo vai apontar", afirmou.

# O lugar das transformações.

---

Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina cabem todas as vertentes de pensamento, e as ideologias convivem. É uma casa abençoada pelo voto, manifestação clara do desejo popular.

Frequente a Assembleia e participe dos grandes debates da história.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

[www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)